

VERGÈS, Françoise. 2017. *Le ventre des femmes. Capitalisme, racialisation, féminisme*. Paris: Albin Michel (Bibliothèque des Idées).

Helena Santos Assunção
Doutoranda em Antropologia Social/Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
helena.s.assuncao@gmail.com

O livro de Françoise Vergès “*Le ventre des femmes. Capitalisme, racialisation, féminisme*” traz uma importante contribuição para pensar o controle do Estado sobre os corpos femininos, colocando as dimensões de classe e raça, portanto, uma análise da colonialidade, no cerne da questão. Em 1970, eclodiu um escândalo na Ilha da Reunião – departamento ultramarino francês – envolvendo uma clínica que realizava milhares de abortos e esterilizações sem consentimento em mulheres reunionesas. Endossados por um discurso oficial antinatalista, os médicos, que recebiam o reembolso pelo sistema de saúde público, desviaram somas exorbitantes à custa dessas mulheres. Na mesma época, na França metropolitana, a contracepção e o aborto eram fortemente reprimidos e os movimentos feministas como o Movimento de Liberação das Mulheres (MLF) lutavam por sua legalização. A aparente contradição torna eloquente a racialização do ventre das mulheres e o biopoder estatal que incide de forma desigual sobre elas.

Duas grandes questões mobilizam este trabalho. Por um lado, uma análise do que se chama a “pós-colonialidade” da República Francesa: como esse Estado gerencia seus territórios para manter relações coloniais e a exercer o “capitalismo racial”, ao mesmo tempo, em que, desde 1945, não se apresenta mais como um Império colonial, e sim como o país dos direitos humanos. Os territórios ultramarinos, nessa narrativa chamada pelo Estado de “pós-colonial”, surgem como apetrechos de uma “diversidade cultural” que enriquece a nação, mas permanecem como um capítulo marginal da história oficial francesa. Por outro lado, a autora se questiona acerca da aceitação desta narrativa, mesmo por setores sociais progressistas: como os próprios movimentos feministas puderam

ser tão cegos à existência de um Estado racial na República. Não se trata, portanto, de descrever a condição das mulheres na “pós-colônia”, ou de adicionar os “capítulos que faltam” na história do feminismo francês, mas de, ao introduzir vozes dissonantes, repensar a narrativa do feminismo universalista como um todo e “analisar o processo de esquecimento na política, seus deslocamentos, suas estratégias e suas lógicas” (Vergès 2017: 13). A fim de evidenciar que a cegueira metropolitana não poderia ser atribuída à ignorância da realidade ultramarina, e que “muitos abusos de poder ou crimes de Estado não são escondidos” (Vergès 2017: 23), Vergès recorre a arquivos públicos e artigos de imprensa, principalmente do jornal comunista *Témoignages*, que, vale mencionar, fez parte de sua própria história político-pessoal¹.

A “ilha do Dr. Moreau”, primeiro capítulo da obra, apresenta detalhadamente o caso dos abortos e esterilizações forçadas na Reunião, a partir de reportagens em diversos jornais, e, especialmente, a investigação cotidiana e testemunhos publicados no *Témoignages* entre 1969 e 1971. As denúncias envolveram operações praticadas sem consentimento, em mulheres majoritariamente negras e pobres, na clínica ortopédica de Saint-Benoît dirigida por David Moreau, um influente político de direita e parte da elite local.² Iniciou-se então uma investigação, onde trinta mulheres fizeram testemunhos de práticas ginecológicas abusivas, ligaduras de trompas e interrupções de gravidez (de três até oito meses de gestação). Os números anunciados, na casa dos milhares, variam nas reportagens, e a investigação não chegou a dados conclusivos, pois, os registros de cirurgias e hospitalização da clínica desaparecem. Durante o processo, as redes de poder e o racismo não separavam apenas as mulheres negras dos médicos brancos (na maioria *zoreys*)³, mas as hierarquias sociais também podiam ser sentidas nas penalidades aplicadas aos diferentes acusados no caso. Somente um enfermeiro descendente de engajados⁴, M.Covindin, e um médico estrangeiro marroquino, Dr. Ladjadj, foram condenados. Este último defendia publicamente sua posição, considerando que ele tinha “sinal verde” para realizar as operações, se referindo à política e propaganda antinatalista da época (p.36). Os outros três médicos acusados, brancos, foram inocentados por falta de evidências,

1 Sua mãe, Laurence Vergès, escrevia para o jornal, sendo também uma militante feminista e comunista; e seu pai, Paul Vergès, era diretor do jornal, além de fundador do partido comunista reunionês (PCR).

2 Antigo prefeito, presidente do sindicato dos médicos e casado com uma herdeira da indústria açucareira, o que o fez entrar para o grupo dos *Gro-Blancs* da Reunião.

3 Designação em créole para os brancos, “portadores de status social e cultural, frequentemente os funcionários franceses que beneficiam de privilégios associados ao regime colonial e pós-colonial” (Vergès 2017: 20).

4 Designa os indianos, africanos, chineses e malgaches recrutados pelo Estado francês como mão de obra na Ilha da Reunião. O “engajamento” se inicia alguns anos antes da abolição da escravidão e evolui no período pós-abolição, ao longo da segunda metade do séc. XIX.

enquanto o diretor Dr. Moreau foi julgado responsável, mas não condenado. A impunidade no caso é flagrante, mesmo que o aborto fosse um crime pela lei francesa na época: a fraude no sistema de saúde foi encoberta pela administração local, e o caso foi assim encerrado, sem números precisos e sem nenhuma reparação para as mulheres⁵.

As condições favoráveis a esta empreitada antinatalista, como testemunhou o Dr. Ladjadj, são analisadas no segundo capítulo, “O impossível desenvolvimento”. Na “cartografia mutilada” da pós-colonialidade, os DOM (departamentos ultramarinos) são mantidos como territórios desindustrializados, com concentração de terras. O Estado incentivou a emergência de uma classe média, essencialmente branca, composta por funcionários públicos franceses, que consumia e consome os produtos importados da metrópole; ao mesmo tempo, reprimiu e censurou duramente as contestações proletárias e anti-coloniais que denunciavam o aumento das desigualdades. A “superpopulação” foi o argumento acionado como causa da miséria e do impossível desenvolvimento da ilha. As mulheres reuionesas e seus parceiros foram taxados como irresponsáveis que só queriam ter filhos e receber auxílios sociais, e se tornaram objetos da necessária intervenção do Estado. A autora mostra, assim, que os abortos forçados não eram somente o resquício de um passado ou um caso isolado de abuso de poder. Esses abusos foram possíveis e legítimos, pois, respondiam a uma escolha política por uma configuração “pós-colonial” que mantinha os interesses econômicos, geopolíticos e narcísicos da França.

Estas escolhas políticas, no entanto, não dizem respeito apenas ao período pós-1945, mas se inscrevem na longa duração das relações de colonialidade, capitalismo e escravidão, e suas formas de controle e exploração sobre os corpos das mulheres negras, questões abordadas no capítulo 3. Dialogando com análises marxistas feministas (Federici 2017), Vergès relata como o capitalismo se construiu “organizando de forma industrial uma punção nas sociedades africanas durante vários séculos” e que a “fonte invisível dessa punção era o ventre das mulheres africanas, cujos filhos eram capturados para serem deportados” (Vergès 2017: 98). As mulheres e seus ventres eram um capital (*capitalized womb*); no entanto, esta reprodução da mão de obra assegurada por milhares de mulheres não é reconhecida nas análises da reprodução e divisão internacional do trabalho⁶.

5 Em 2018, trinta deputados da Assembleia Nacional Francesa requisitaram a criação de uma comissão de investigação dos casos de abortos e esterilizações forçadas na Reunião nos anos 1960 e 1970, no intuito de estabelecer a amplitude dos acontecimentos e a extensão das responsabilidades pessoais e institucionais, e avaliar da forma mais precisa possível o número de vítimas. Disponível em: https://www.assemblee-nationale.fr/dyn/15/dossiers/avortements_sterilisations_forces_reunion. Acesso em: 14/01/2021.

6 No livro *Feminismo Decolonial* (2020), Vergès desenvolve a forma contemporânea de invisibilização do trabalho feminino, não apenas doméstico, pensando nas mulheres racializadas que produzem os trabalhos de cuidado e limpeza.

Conectá-la com o tráfico de escravizados, a migração e o estupro fazem-se necessário para compreender a herança da gestão dos nascimentos nos departamentos ultramarinos, realizando uma arqueologia da tese da superpopulação. No caso da Reunião, as políticas de transferência de mão de obra escravizada ou engajada criaram um desequilíbrio de gênero na população (majoritariamente masculina) que só começaria a se estabilizar no século XX. Ignorando os problemas desta história colonial, a fecundidade das mulheres colonizadas passou a ser vista como causa da pobreza, em conexão com a consolidação de uma ideologia que via a demografia do terceiro mundo como um obstáculo para o desenvolvimento e uma ameaça à segurança mundial (Vergès 2017). Colocou-se em prática, então, campanhas “humanitárias” nacionais e internacionais para o controle de nascimentos, que visavam especialmente mulheres racializadas.

A oposição entre as campanhas natalistas na França (a contracepção era uma reivindicação das feministas brancas desde 1956), e o incentivo ao planejamento familiar e uso de contraceptivos na Reunião é sintomática. A Igreja, principal opositora do aborto e contracepção, se silenciou face à propaganda antinatalista em troca do apoio do Estado à repressão do que a autora chama de “rituais híbridos” e “cristianismo popular”. Além disso, a emigração foi incentivada como solução para o “problema” da superpopulação. “O futuro está alhures”, quarto capítulo da obra, analisa as políticas do BUMIDOM (Escritório de migração dos departamentos ultramarinos, criado em 1947) e as transferências de mão de obra para os trabalhos de baixa qualificação e remuneração para a metrópole. Vergès relembra o caso emblemático das “crianças da Creuse”, quando crianças reunionesas de 8 meses a 12 anos foram retiradas de suas famílias e enviadas a regiões despovoadas da França. As vítimas testemunharam maus-tratos, racismo, violências sexuais e trabalho forçado no país anfitrião; mas este caso também coloca em evidência a implementação de um dispositivo discursivo que justificava arrancá-las de suas famílias. Um discurso que indicava que “os pobres não sabiam cuidar de si e de seus filhos”, e que expunha a matrifocalidade como patologia social: “a patologização da ‘família reunionesa’ das classes populares permitiu o desenvolvimento de uma psicologia culturalista que constituiu a base da formação das profissões de assistência social” (Vergès 2017: 160). O objetivo último das políticas de controle demográfico não era, portanto, de contribuir para a emancipação de uma sociedade escravista e colonial, mas de facilitar a entrada de uma modernidade assimiladora. Para isso, tanto franceses eram incentivados a irem para os DOM, quanto se colocava em prática uma valorização da “mulher reunionesa moderna”: adepta da contracepção, e emancipada da masculinidade racializada, violenta e irresponsável dos homens locais. O futuro está em outro lugar, na modernidade, na branquitude.

O último capítulo se volta para a metrópole e interroga a “cegueira do feminismo” quanto ao racismo e colonialismo. A autora apresenta um paralelo entre o manifesto das 343 mulheres, publicado no *Nouvel Observateur* em 1971, no qual elas declararam já terem abortado; e a reportagem que denunciava a “ilha do Dr. Moreau” e os abortos forçados na Ilha da Reunião, publicada no mesmo jornal três meses antes. O silêncio e a recusa em conectar estes dois pontos é eloquente. Além disso, as feministas francesas baseavam sua argumentação comparando a condição das mulheres à dos escravos – seres despossuídos de seus corpos – mas ignoravam completamente o fator racial. “O que Aimé Césaire denunciava, a contaminação da democracia e da esquerda francesa pelo colonialismo e pelo imperialismo, foi esquecido” (Vergès 2017: 168), comenta a autora.

Não obstante, a “decolonização”⁷ havia sido uma das matrizes do Movimento de Libertação das Mulheres (MLF) na França. Vergès propõe uma análise detida do engajamento de feministas francesas como Gisèle Halimi e Simone de Beauvoir na defesa, em 1960, de Djamila Boupacha, figura emblemática da resistência argelina: uma jovem presa, torturada e estuprada pelo exército francês. Vergès critica a ênfase da defesa sobre a virgindade de Boupacha e o argumento culturalista que tentava colocar em evidência o peso da virgindade na sociedade argelina “tradicional” e “muçulmana”. Segundo a autora, isso seria perigoso, e as próprias combatentes argelinas preferiam não falar de estupro e virgindade nos tribunais, pois a “culturalização” é uma arma ideológica do imperialismo. Nesse processo, o estupro poderia ter sido denunciado como uma escolha política (e não apenas um ato vil dos soldados) se fosse traçada sua continuidade com o colonialismo. Se a guerra da Argélia tinha o potencial de fundar as críticas ao feminismo universalista, isso foi rapidamente deixado de lado, e a invenção da “descolonização” em 1962 permitiu que as feministas francesas se tornassem vítimas do patriarcado sem precisar se questionar sobre sua dimensão racializada (Vergès 2017: 186). Elas aderiram, então, à cartografia mutilada da colonização e se fecharam na França hexagonal, em um processo que a autora chama de “femonacionalismo”.

A autora tece reflexões sobre as transformações desse movimento, de universal para nacional, criando um “feminismo francês”. As próprias feministas francesas nunca se pensaram como “nacionais”, já que a opressão das mulheres é entendida como universal, e

7 *Décolonisation* (descolonização) em francês se refere, nas narrativas oficiais, ao processo de “saída” dos franceses dos territórios coloniais, enquanto um momento histórico que seria sucedido pela “pós-colonialidade”. Essa narrativa encobre, por um lado, as lutas de libertação e por outro a colonialidade como um processo contínuo e contemporâneo. No entanto, a autora também usa o mesmo termo para se referir às resistências e lutas que poderíamos chamar de contra-coloniais ou decoloniais. Seguindo a escolha de tradução de Dias e Camargo em *Feminismo decolonial* (2019), mantenho o -s como diferenciador para os dois sentidos da palavra.

este rótulo teria surgido em estudos dos Estados Unidos⁸. A nacionalização do feminismo, portanto, não foi um processo espontâneo de auto-reivindicação. No entanto, o processo de externalização da questão racial e colonial, e a formulação das lutas de libertação das mulheres através de um vocabulário universalizante tiveram efeitos sobre este movimento. No séc. XXI se instalou um discurso franco-centrado do feminismo, baseado na insistência na laicidade e nos valores republicanos, que nos anos 1970 seria impensável. É possível lembrar, facilmente, da proibição do véu muçulmano nos estabelecimentos escolares franceses desde 2004 e seus desdobramentos.

“Repolitizar o feminismo” é a proposição com a qual Vergès encerra o livro. Para isso, faz-se necessário provincializar o feminismo europeu, reescrever a história das lutas de libertação das mulheres a partir de outras temporalidades e espacialidades. Isso abriria espaço para outro “espaço de enunciação”, o da decolonialidade, que permite desenhar “contra-geografias” (Vergès 2017: 219). Um feminismo decolonial, para Vergès, se aproxima do que ela denomina *killjoy politics*, um feminismo “estraga-prazeres”, que não adere facilmente a discursos pacificadores como o da “mestiçagem” e da “crioulização”. Para aproximar ao contexto brasileiro, se na Reunião essas noções se tornaram ferramentas de um “turismo da diversidade”, no Brasil elas foram igualmente utilizadas como “fábricas de esquecimento” (Vergès 2017: 222) de uma história colonial violenta, marcada pelo estupro de mulheres negras e indígenas, e pelo controle de seus corpos. “O ventre das mulheres”, nesse sentido, é uma denúncia e uma análise que ressoa em muitos aspectos com as “histórias mutiladas” que compõem as experiências brasileiras.⁹

Vergès ainda conclui com uma hipótese sobre a natalidade na Reunião: o ato de ter um filho e criá-lo seria uma forma de resistência ao processo de escravidão e assimilação que quiseram controlar o corpo das mulheres. O que elas querem, pelo contrário, é uma política de natalidade que parta de suas próprias escolhas, que possa recusar a mensagem que o “futuro está alhures”: “é necessário construir um futuro aqui e tornar nosso país habitável por todos e para todos” (Vergès 2017: 229). Ao terminar o livro com [uma hipótese sobre] o desejo e pensamento das mulheres reunionesas, somos levadas a nos

8 O chamado “*French Feminism*” que se organizava em torno de autoras como Hélène Cixous, Luce Irigaray e Monique Wittig.

9 Em um paralelo ainda mais flagrante, Flávia Rios, na apresentação da edição brasileira de *Um feminismo decolonial* (Vergès, 2020: 9), comenta como o movimento de mulheres negras evidenciou as denúncias de esterilização e controle de corpos de mulheres racializadas desde a ditadura militar, sendo o entendimento acerca dos direitos reprodutivos um dos principais pontos de divergência entre feministas negras e brancas no Brasil. O caso emblemático da campanha publicitária de planejamento familiar conduzida pelo médico Elsimar Coutinho e seus desdobramentos segue ecoando a relevância do viés racial no debate de saúde e justiça reprodutiva no Brasil (Goés 2018). Esta campanha foi denunciada na época por militantes do Grupo de Mulheres do MNU (Movimento Negro Unificado) como Luiza Bairos, e analisada posteriormente por teóricos dos estudos sobre racismo como Muniz Sodré (1999).

perguntar mais sobre elas, na continuação do que a autora reivindica como um “feminismo da curiosidade” (Vergès 2017: 226), mas que não é muito desenvolvido nesta obra. A crítica das cegueiras do feminismo branco francês ou dos dispositivos discursivos e políticas do Estado e seus aspectos coloniais-raciais se faz urgente e necessária; no entanto, isso não leva diretamente a um entendimento da experiência daquelas que vivenciaram esta forma violenta de controle sobre seus corpos. Igualmente nos perguntamos como os movimentos de mulheres reunionesas reagiram às denúncias dos abortos forçados e quais as contribuições coletivas de mulheres dos territórios ultramarinos para pensar sua condição nos cruzamentos do capitalismo racial e do patriarcado colonial.

Referências

- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. 2012. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). *Rev. Estud. Fem.*, 20(1): 133-151.
- FEDERICI, Silvia. 2017. *O calibã e a bruxa*. São Paulo: Ed. Elefante.
- GÓES, E. F. 2018. *Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional*. Tese de Doutorado. Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.
- SODRÉ, Muniz. 1999. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.
- VERGÈS, Françoise. 2017. *Le ventre des femmes. Capitalisme, racialisation, féminisme*. Paris: Albin Michel (Bibliothèque des Idées).
- VERGÈS, Françoise. 2020. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Editora Ubu.

Recebido em 31 de janeiro de 2021.

Aceito em 14 de junho de 2021.